



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150410 - SE (2021/0220042-2)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : ESMAEL JOSÉ DE ANDRADE SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : WEVANY ALVES NASCIMENTO - SE007294D  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ESMAEL JOSÉ DE ANDRADE SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (HC n. 202100309803).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente em razão de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime descrito no art. 157, § 2º, V, do Código Penal.

Sustenta o impetrante que inexistem requisitos a justificar a manutenção da prisão preventiva. Defende a impossibilidade de manutenção da prisão, uma vez que o *parquet* se manifestou pela revogação da custódia. Explica que o réu é primário, tem bons antecedentes e possui moradia fixa.

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal já que está preso desde 20/11/20, sem que se tenha concluído a instrução criminal. Pondera que o ora paciente não pode sofrer as consequências da demora da oitiva da vítima.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória e aplicação medidas diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Cabe transcrever o acórdão impugnado na parte em que tratou das alegações (fls. 78-79):

A análise da decisão revela que o paciente praticou, em tese, delito de roubo com um comparsa, mediante a utilização de arma de fogo, contra uma idosa de 78 anos, deixando-lhe amordaçada e amarrada. Esses elementos, em sede de cognição sumária, indicam a gravidade concreta da conduta, de sorte que a prisão cautelar é necessária para

garantia da ordem pública.

Ademais, corre contra o paciente outra ação penal de crime de roubo, tendo sido acusado nos autos de nº 202066000270 pelos crimes do art.157, §2º, II, c/c art. 70 (2x), do Código Penal, c/c art. 244-B do ECA, c/c art. 12 da lei 10.826/2003, em andamento e em trâmite no juízo da Comarca de Cedro de São João, fato que indica suposta habitualidade na prática desse tipo de delito.

Em relação à alegação de excesso de prazo na formação da culpa, destaco que não se está a negar ao paciente seu direito fundamental a razoável duração do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal). Todavia, o caso concreto demanda um juízo de razoabilidade que prepondera sobre a exatidão matemática da soma dos prazos legais.

Ora, até a presente data, os atos processuais foram realizados dentro de prazos razoáveis; considerando que a denúncia foi oferecida em 18 de dezembro de 2020 e recebida na mesma data; após, foi apresentada resposta à acusação pelo paciente em 19 de dezembro de 2020 e realizada Audiência de Instrução e Julgamento (videoconferência) no dia 30/03/2021, na qual foi pedida pelo MP a revogação da prisão preventiva do paciente e a intimação para oitiva da testemunha, o policial Alderes, bem como, a colheita do termo de declaração da vítima, a Sra. ELINA PEREIRA DE FRANCA BORGES, tendo em vista a impossibilidade de a mesma comparecer a assentada na modalidade virtual.

Assim, o magistrado indeferiu o pedido de revogação da preventiva, mas deferiu o pedido de oitiva da testemunha e da vítima em audiência que marcada e realizada em 04 de maio de 2021, restando outrossim, inexistosa ante a impossibilidade da oitiva da vítima na solenidade. Ora, do aludido andamento processual não é possível inferir qualquer dado no sentido de que o Juízo ou a acusação estejam atuando com desídia no tocante ao regular desenvolvimento da ação penal. Evidente que não se pode olvidar as dificuldades geradas pela pandemia de Covid-19, notadamente no andamento dos processos, haja vista o fechamento dos prédios do Poder Judiciário e suspensão das atividades presenciais. Não obstante as dificuldades que todos enfrentamos nesse período, nota-se que o Juízo de origem tem procurado superá-las buscando a produção das provas requeridas, e o encerramento da instrução processual.

Assim, tendo em vista que o paciente se encontra segregado desde 20 de novembro de 2020, tendo havido a revisão periódica do art. 316 do CPP em 17/02/2021, não vislumbro excesso de prazo, não existindo, até o presente momento, desproporcionalidade entre a necessidade da manutenção da prisão, o princípio da inocência e a segurança pública

A aferição da razoável duração do processo não se realiza de forma puramente matemática, mas por meio de um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente